



REQUERIMENTO Nº 6, DE 2016

MEDIDA PROVISÓRIA 707/2015

(Do Sr. João Daniel)

Requer a realização de audiência pública, no dia 28/03/2016, na Região de Irecê, Estado da Bahia, para discussão das renegociações das dívidas rurais – MP 707/2015

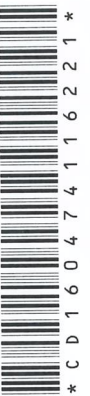
Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de reunião de **audiência pública, no dia 28/03/2016, no município de Irecê, Estado da Bahia**, para debater a Medida Provisória nº 707/2015, destinada a ouvir das entidades de classe e de produtores rurais e agroindustriais contemplados pela Medida Provisória, convidando, para tanto, os seguintes representantes:

Da Comissão Mista da MP 707/2015, do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, da Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê – Copirecê, dos Sindicatos dos Agricultores da Região de Irecê e entidades e lideranças regionais.

JUSTIFICAÇÃO

Em atenção as solicitações vindas de companheiros da Bahia e com a preocupação com a produção de alimentos para a segurança alimentar dos brasileiros, entendo ser região de Irecê, outrora “Capital do Feijão”, localizada nas Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, envolvendo 34 municípios onde habitam cerca de 700 mil habitantes com influência econômica e política referenciada em Irecê, principal centro de negócios, prestação de serviços e eventos do seu Território de Identidade, vive um drama bastante preocupante.





Sentindo-se impotentes e desmoralizados junto aos familiares e às comunidades onde viviam, dezenas de agricultores ceifaram a própria vida na década passada, naquela região. Somente em 2003 foram 36 suicídios, média de dois por mês, após serem pressionados pelas cobranças de dívidas relacionadas a empréstimos créditos rural. Diversos movimentos reivindicatórios foram feitos neste sentido em quase todos os estados do Nordeste, na Bahia não foi diferente, quando foi feito o segundo GRITO DO SERTÃO, em 2005.

Ao longo de quase duas décadas, inúmeras Medidas Provisórias, que se transformam em leis, foram feitas. Sua eficácia, porém, nunca atendeu a contento a classe como um todo. Prova disso foi a Lei 9138/95, a chamada Lei da Securitização, que transformou os débitos agrícolas e débitos fiscais, e hoje são 110 mil produtores inscritos na dívida ativa da União em todo o Nordeste – com data marcada para perderem suas terras.

A Justiça Federal tem realizado diversos leilões de propriedades de pequenos e médios agricultores e, mais recentemente, estão realizando centenas de bloqueios nas contas bancárias dos agricultores familiares, que são aposentados como trabalhadores rurais e chegando ao ponto de proceder leilões inclusive com quem já quitou ou negociou seus débitos.

Enxergamos na aprovação da MP 707/15 uma solução e, mais do que isso, uma esperança para a resolução desse problema. Assim sendo, solicitamos a realização de uma audiência pública, em Irecê, para que todos possam conhecer a realidade da região.

Deputado João Daniel
Deputado Federal – PT/BA

